COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 7.260, DE 2002

Dispõe sobre a manutenção de instalações e equipamentos de sistema de climatização de ambientes.

Autor: Deputado **Lincoln Portela**

Relator: Deputado **Rubinelli**

I - RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei, de autoria do Deputado **Lincoln Portela**, que visa a tornar obrigatório programa de operação e manutenção de sistemas de climatização em edifícios de uso público e coletivo que possuam ambientes de ar interior climatizados artificialmente, objetivando a eliminação ou minimização de riscos potenciais à saúde dos ocupantes.

A medida não se aplica aos ambientes climatizados de uso restrito, com exigências de instalações especiais, tais como laboratórios, hospitais e outros, que obedecem a regulamentos específicos.

O projeto faculta o prazo de cento e oitenta dias, a contar da regulamentação, para que os proprietários, locatários e prepostos, responsáveis por sistemas de climatização já instalados, adapte-os à lei.

Na Justificação argumenta-se ser necessário normatizar, por meio de lei, o controle e manutenção dos sistemas de climatização artificial, como forma de evitar a presença e concentração, no ar, de agentes nocivos à saúde dos ocupantes de edifícios de uso público e coletivo, e que podem caracterizar a chamada Síndrome do Edifício Doente.

A Comissão de Seguridade Social e Família, por unanimidade, aprovou a proposição, nos termos do Parecer do Relator, Deputado **Saraiva Felipe**.

Nesta Comissão, esgotado o prazo regimental, nenhuma emenda lhe foi apresentada.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Na conformidade do disposto no art. 32, inciso IV, alínea a, do Regimento Interno, compete à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania analisar a proposição sob os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Sob o primeiro aspecto, verifica-se ser da competência da União legislar sobre a matéria, com fundamento nos arts. 23, inciso II, 24, inciso XII, 196 e 197, da Constituição Federal.

A iniciativa legislativa observa o disposto no art. 61, *caput*, da Carta Política, conferida concorrentemente, de modo a alcançar qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional.

O projeto não viola qualquer princípio geral de direito e se harmoniza com o ordenamento infraconstitucional vigente.

Nada impede que lei federal estabeleça a obrigatoriedade de manutenção dos sistemas de climatização de ambientes, deixando para o regulamento pormenorizar as questões técnicas.

Finalmente, obedece ele aos ditames da Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela de nº 107, de 2001, que traça normas gerais sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o art. 59 da Constituição Federal.

Isto posto o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 7.260, de 2002.

Sala da Comissão, em de de 2004.

Deputado **Rubinelli**
Relator

2004_10521_00.148